

**Assunto:** Newsletter AGEPOR - Outubro 2023

**Data:** segunda-feira, 30 de outubro de 2023 às 15:36:02 Hora padrão da Europa Ocidental

**De:** AGEPOR

**Para:** marioruisa@agepor.pt



AGEPOR

Newsletter

Outubro 2023



## Nuvens negras

Com o ano de 2023 a findar, vemos cada menos abertas num céu cada vez mais carregado. Se há algumas notícias positivas, como o esperado *superavit* orçamental – que seja bem utilizado em investimento público ou na redução da dívida do Estado! –, ou o ligeiro crescimento económico, existem outras, em maior número, que não trazem otimismo algum sobre o que nos espera.

Se existem várias condicionantes exógenas, como a estagnação económica internacional, os conflitos bélicos na Ucrânia e no Médio Oriente (com consequências ainda desconhecidas), ou um acirrar da guerra económica entre o os Estado Unidos e a China (com a consequente formação de blocos intrarregionais), existem outras nas quais temos responsabilidades próprias e sobre as quais devemos ponderar.

Se umas nos são impostas pela União Europeia, como a introdução de uma taxa ambiental sobre as emissões dos navios que escalam os portos europeus – o agora famoso ETS –, outras resultam do ambiente de contestação generalizado que vivemos no nosso Portugal.

Sobre a primeira, e pessoalmente, não posso deixar de concordar com o conceito em si. Se queremos ter futuro há que ter sustentabilidade e incentivos a mudanças tecnológicas que o permitam. A questão está na forma da sua implementação, pois desvirtua o mercado ao incidir apenas sobre a carga que é movimentada nos portos europeus. Se não forem criadas exceções aos portos do sul da Europa – e a nós toca-nos forte e profundamente Sines –, a carga de transbordo irá escolher portos em Marrocos e no Egito... que não estão sujeitos a essas mesmas taxas. Pelo menos até a IMO as implementar de forma generalizada a nível mundial, dentro de 3 a 4 anos. O resultado ambiental mundial? Nenhum!, pois as emissões continuarão a existir... apenas um pouco mais a sul. Resta-nos esperar que a capacidade instalada nesses portos fora da União Europeia não seja suficiente para nos fazer voltar 10 anos para trás em termos de carga movimentada nos nossos portos.

Quanto à contestação, ela pode levar, a breve trecho, a mais uma greve que irá afetar os nossos portos. Desta vez serão os pilotos. Não me cabe, naturalmente, dar razão a qualquer dos lados, pois com certeza ambos têm as suas. Cabe-me, sim, apelar a todos para que seja possível um entendimento sobre as posições mútuas, nos tempos incertos e perigosos que vivemos.

Vamos proteger o que é o nosso presente e garantir o nosso futuro. Podemos fazê-lo; nunca esperámos um próximo ano fácil e sempre ultrapassámos esses obstáculos. Mas os perigos e incertezas são cada vez maiores – e as dificuldades também o serão. Seremos tão fortes quanto maior for o diálogo e a nossa união. E não tenho dúvidas que todos queremos o mesmo: um

Portugal onde os nossos filhos e netos tenham as oportunidades que nós lhes desejamos.

*João Silva*

## A PROPÓSITO DA GREVE DOS PILOTOS...

Foi com enorme apreensão que a AGEPOR tomou conhecimento do aviso prévio de greve abrangendo os dias 6 e 7, 14 e 15, 22 e 23 e 29 e 30 de novembro, apresentado pelos Sindicatos “OFICIAISMAR” e “SINCOMAR”, em cumprimento da decisão dos Pilotos de Barra e Portos de todo o País.

A AGEPOR chama a atenção para que, como é do conhecimento de todos os envolvidos, estas greves, de dois dias consecutivos, em quase todas as semanas de novembro, a realizarem-se, prejudicarão a imagem dos portos portugueses e pior deixarão marcas e prejuízos avultados à economia nacional.

Haverá navios que deixarão de escalar, haverá carga que, estando pronta, não embarcará, haverá carga que não desembarcará e haverá navios de cruzeiro com turistas que pura e simplesmente “saltarão” a escala nos portos portugueses.

Em resumo teremos receitas perdidas e custos acrescidos para todo o Sector que, posteriormente, recairão, ainda que indiretamente, em todos os portugueses.

Porque não se vivem tempos fáceis, porque a economia global sofre as consequências negativas dos conflitos na Ucrânia e Médio Oriente, e porque a redução de tonelagem de carga movimentada e de escalas de navios nos portos portugueses é já hoje uma realidade, a AGEPOR pede às partes um esforço de entendimento que afaste e ultrapasse os dias de greve agora convocados.

Independentemente da razão e motivos avocados para a greve, a AGEPOR permite-se sublinhar que este é um momento em que, face às dificuldades enfrentadas, todos no Sector devem estar unidos no esforço e na defesa das nossas cargas, do nosso turismo de cruzeiros e dos nossos portos. No limite, na defesa de postos de trabalho.

Este não é seguramente o momento de deixarmos escapar receitas ou de acrescentarmos custos que a todos prejudicam.

## REGRAS DO ETS AMEAÇAM ECONOMIA NACIONAL

As regras propostas pela Comissão Europeia para os designados “neighbouring container transshipment ports”, no âmbito da inclusão do shipping no Esquema Europeu de Comércio de Emissões (ETS), prejudicam os portos nacionais (em

especial Sines) e, pior, ameaçam a conectividade marítima nacional, com prejuízo para os exportadores e importadores.

Estas preocupações foram manifestadas pela AGEPOR à Comissão Europeia, no âmbito da discussão sobre o tema promovida por Bruxelas, e daí resultou a realização de uma reunião com quatro representantes da DG Clima e DG Move, para detalhar os argumentos.

Na oportunidade, o Dr. Belmar da Costa reforçou a argumentação e exemplificou que, a partir de 1/1/2024, um navio de 23 000 TEU que escale Sines passará a suportar um custo superior em cerca de 80 a 100 mil euros relativamente à escala nos “neighbouring ports” identificados pela Comissão.

Nestas circunstâncias, Sines arrisca recuar 10-15 anos na movimentação de carga contentorizada (essencialmente no transshipment), e com isso os exportadores e importadores nacionais perderão os serviços diretos de que hoje usufruem com as escalas de transbordo.

Os argumentos da AGEPOR foram ouvidos com atenção, mas a sensação que ficou foi que será necessária muito mais pressão política para forçar que os prazos estabelecidos pela Comissão Europeia se alinhem com os da IMO, de forma a garantir uma concorrência justa entre os portos de transshipment europeus (sobretudo os do sul da Europa) e os “neighbouring ports” (do norte de África).

A AGEPOR irá continuar a bater-se por isso.

O Porto de Sines arrisca recuar 10-15 anos na movimentação de carga contentorizada e o País perder boa parte da sua conectividade marítima se se mantiverem as regras propostas pela Comissão Europeia para os designados “neighbouring container transshipment ports”, no âmbito da inclusão do shipping no Esquema Europeu de Comércio de Emissões (ETS), já a partir de 1 de janeiro de 2024.

Estas preocupações foram manifestadas pela AGEPOR à Comissão Europeia, no âmbito da discussão sobre o tema promovida por Bruxelas, e daí resultou a realização de uma reunião com quatro representantes da DG Clima e DG Move, para detalhar os argumentos.

Na oportunidade, o Dr. Belmar da Costa reforçou a argumentação e exemplificou que, a partir de 1/1/2024, um navio de 23 000 TEU que escale Sines passará a suportar um custo superior em cerca de 80 a 100 mil euros relativamente à escala aos “neighbouring ports” identificados pela Comissão.

Os argumentos da AGEPOR foram ouvidos com atenção, mas a sensação que ficou foi que será necessária muito mais pressão política para forçar que os prazos estabelecidos pela Comissão Europeia se alinhem com os da IMO, de forma a garantir uma concorrência justa entre os portos de transshipment europeus

(sobretudo os do sul da Europa) e os “neighbouring ports” (do norte de África).  
A AGEPOR irá continuar a bater-se por isso.

---



## Transferência de competências do SEF em curso

A AGEPOR reuniu no passado dia 13 com os principais responsáveis da estrutura do SEF e da GNR para aprofundar informações sobre a transferência de competências resultantes da extinção do SEF. Na reunião foi garantido que o processo de transferência de competências entre o SEF e a GNR, PSP e PJ (ocorrida ontem mesmo, domingo, dia 29), a nível nacional, foi trabalhado durante mais de um ano e alvo de grande preocupação por parte das Autoridades, com o objetivo de garantir que a transição decorra da forma mais eficiente e com o menor impacto possível no normal

funcionamento das atividades e procedimentos que o SEF vinha a desempenhar.

As competências relacionadas com a fronteira marítima são doravante assumidas pela GNR, que terá uma unidade orgânica específica para o efeito, e as competências relacionadas com a fronteira aérea ficarão a cargo da PSP.

Foi, ainda, assegurado pelo responsável da GNR que irão manter, dentro do possível, os procedimentos, os contactos e as estruturas existentes, de forma a minorar potenciais impactos que possam advir desta mudança.



## AGEPOR NA REUNIÃO ANUAL DA FONASBA



Rui D'Orey e António Belmar da Costa representaram a AGEPOR na reunião Anual da FONASBA que se realizou em Amã, na Jordânia, entre 15 e 18 de outubro. O evento que, como habitualmente, começou com a reunião do Executive Committee, foi uma excelente oportunidade para os Agentes de Navegação do mundo inteiro e o Sector em geral se reunirem e debaterem os principais temas da atualidade que impactam atividade. A propósito, a FONASBA divulgou um resumo dos assuntos tratados e um vídeo sobre o decurso da reunião anual, que podem ser acedidos [aqui](#).



## OS PORTOS ALAVANCA DA ECONOMIA REGIONAL

A AGEPOR esteve representada no Seminário “Os Portos Alavanca da Economia Regional” promovido pelos Portos de Aveiro e Figueira da Foz, que decorreu no dia 11 de outubro, no Luso, e que foi aberto pelo Sr. Ministro das Infraestruturas. O evento, que contou com a participação de vários representantes do tecido empresarial da região Centro, mostrou bem a necessidade de aumentar o diálogo e a cooperação entre as empresas, os operadores de transporte e os gestores das infraestruturas.



**DIREÇÃO NACIONAL REUNIU EM VIANA E LEIXÕES** - Dando expressão à política seguida pela Direção da AGEPOR de reunir em todos os portos do País, em setembro a cidade/porto visitada foi Viana do Castelo.

No seguimento da reunião, realizou-se um almoço com o Presidente da Câmara daquela cidade, Dr. Luís Nobre, e com o seu Chefe de Gabinete (Dr. Marco Silva), que foi aproveitado para discutir em pormenor o futuro de Viana de Castelo enquanto porto que serve a região.

Já em outubro, a Direção da AGEPOR reuniu nas suas instalações em Leça da Palmeira e almoçou com o Presidente do Conselho de Administração da APDL, Eng.º João Neves, com a Dr.ª Helena Gomes Fernandes. O tema em cima da mesa foi, claro, o futuro do porto de Leixões e a necessidade de decisões céleres quanto à estratégia a adotar.



Facebook



Twitter



WhatsApp



LinkedIn



[Remover](#) [Editar inscrição](#) [Versão web](#)



Privacy Protected